

### 3

## Escola, Igreja e Bosque X Shopping: entre o uso e a troca

Nosso tempo, sem dúvida... prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... O que é *sagrado* para ele, não passa de *ilusão*, pois a *verdade* está no profano. Ou seja, à medida que decresce a verdade a ilusão aumenta, e o sagrado cresce a seus olhos de forma que o *cúmulo da ilusão* é também o *cúmulo do sagrado* (FEUERBACH, 2007, p.25)

Neste capítulo iremos nos aprofundar no debate sobre as transformações feitas no espaço de Duque de Caxias, nos debruçando, mais especificamente, no projeto de construção do Shopping Central Park, e os resultantes na área do entorno do mesmo, localizado na parte central do município de Duque de Caxias. Discutiremos também os conflitos decorrentes desse processo através de um ponto de vista geográfico.

O capítulo busca expor algumas tensões e contradições do processo, tentando desmitificar relações estabelecidas direta ou indiretamente com o modo de produção capitalista, para assim apontar quem são os antagonistas das lutas sociais em Duque de Caxias. Para melhor entendermos, junto ao FORAS, as modificações que vem ocorrendo pelo projeto de construção do shopping Central Park, se faz necessário trazer uma breve discussão sobre o conceito de espaço. Assim não ficamos reféns de um olhar do espaço concebido por representações (simulacros que mascaram a realidade) que impedem um olhar crítico. É necessário entender que a produção do espaço não é neutra, ela é carregada de intencionalidades.

### 3.1

#### Breve reflexão acerca do Espaço

O espaço não é apenas um receptáculo. Ele é produto, assim como produtor. É uma localização física e, ao mesmo tempo, condicionante à ação. O espaço é produzido pelas relações sociais, mas simultaneamente (re)produtor destas relações. Em nossa perspectiva, não se deve analisar o espaço de modo fragmentado, privilegiando alguma categoria em detrimento de outra. Este, deve ser analisado de modo dialético, buscando as tensões entre os termos, visando o processo como um todo.

A partir desta percepção, Lefebvre (1974) define três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido; o espaço vivido; e o espaço percebido - que estão articulados às práticas espaciais, às representações do espaço e aos espaços de representação. O espaço concebido é notadamente o da representação abstrata traduzido no capitalismo pelo pensamento hierarquizado. O espaço dos tecnocratas, da razão instrumental, imóvel, carregado de ideologia, distante do real, mas que se apresenta como a realidade hegemônica.

As representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral. O espaço percebido aparece como uma intermediação da ordem distante e a ordem próxima, referente aos desdobramentos de práticas espaciais que, ao mesmo tempo, são espaço físico, social e mental. Práticas essas oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social. Deste modo, atribui às representações mentais materializadas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social a partir do prático sensível. O espaço vivido denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Enquanto experiência cotidiana (ordem próxima), encontra-se vinculada ao espaço das representações. Espaço das sensações, da imaginação, das emoções e significados incorporados em nosso cotidiano.

O espaço social, então, configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, onde vão aflorar outros códigos, outras interpretações. São lugares de uma apropriação simbólica, de códigos que não são hegemônicos, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas.

Evidencia-se que esta análise espacial remete à produção do espaço no processo de reprodução social. Assim, percebemos o conflito entre apropriação e dominação, entre valor de uso e valor de troca e o que nos mostra que o espaço abstrato se impõe. Espaço abstrato (presente) esse que pode ser visto como o espaço do mundo da mercadoria do trabalho abstrato, e se assenta sem eliminar por completo o espaço absoluto ("espaço antigo"). Por conseguinte, o espaço abstrato através de suas contradições é considerado um campo de possibilidades de construção de um espaço diferencial (projeto revolucionário do futuro), que se opõe ao homogêneo e contempla o uso.

O espaço, para Lefebvre, pode ser analisado em tríades, que estão em constante tensão. Então, não se pode existir um termo sem inter-relação com os demais. Percebe-se que não existe uma imutabilidade entre as dimensões

espaciais. Desta forma, nada impede que o espaço concebido absorva o espaço das representações (vivido).

Harvey (2006) também contribui nessa discussão com a concepção do espaço como absoluto, relativo e relacional. O espaço absoluto de Harvey, diferentemente do de Lefebvre, que é focado no tempo e suas contradições, se refere ao espaço newtoniano-cartesiano-baconiano. É um espaço euclidiano. Espaço dos cálculos matemáticos da geometria. Espaço da propriedade privada e das entidades territoriais. É um espaço fácil de dominar, de esconder as incertezas através de precisões matemáticas. Já o espaço relativo, é o espaço não-euclidiano, onde o ponto de vista do observador tem um papel fundamental na análise. É o espaço da relação dos objetos, que pensa nas particularidades e processos e que não, necessariamente, elimina o espaço absoluto. No espaço relacional o objeto só existe, pois contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos. É nele que existe a convergência da matemática, da música e da poesia.

Assim como as tríades de Lefebvre, o espaço para Harvey não pode ser visto como apenas absoluto, relativo ou relacional. Ele é os três, ao mesmo tempo, como podemos ver a seguir:

O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. O problema da concepção correta do espaço é resolvido pela prática humana em relação a ele. Em outros termos, não há respostas filosóficas a questões filosóficas que concernem à natureza do espaço – as respostas se situam na prática humana. A questão “o que é o espaço?” é por consequência substituída pela questão “como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?”. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos nos quais o controle monopolista pode operar. O movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia, etc, são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios porque contêm relações com outras parcelas... sob a forma do arrendamento, o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana. (HARVEY 1973, APUD HARVEY, 2006, p. 14).

O capitalismo que, inicialmente, se limitava a produção de mercadorias móveis, hoje, investe, sobretudo, na produção do espaço construído, que gera implicações espaciais ligadas ao modo de produção capitalista. Como aponta Lefebvre (1993) sobre as forças produtivas, que além acarretar a produção das coisas, também produzem espaço.

O modo de produção capitalista produz diferentes espaços, sendo reduzidos a um determinado valor. O espaço é manipulado por atores sociais, muitas vezes técnicos, ligados ao governo, que olham o espaço como concebido ou absoluto. O espaço é visto como uma mercadoria no circuito da troca que é crucial para a realização do valor. É contra isso que o FORAS e essa pesquisa se opõem. Acreditamos que o espaço não deve ser visto como uma mercadoria. Os moradores do município não podem ser vistos apenas como mera estatística, que deve aceitar, de modo passivo, qualquer coisa imposta por atores distantes do seu vivido. Por isso, cabe essa reflexão. Pois, é no espaço e através dele que o capitalismo conserva suas relações de produção.

### 3.2

#### **Shoppings: o espaço do consumo**

Podemos dizer que os shoppings são representações espaciais da sociedade do consumo. Dentro de um processo de progressiva presença deste espaço, construído e “novo” na realidade urbana atual, tais empreendimentos representam uma grande força de concentração de atividades terciárias num único local. Nos shoppings temos a presença abundante da mercadoria. Estes, incorporam uma grande diversidade de serviços e atividades ligadas à troca. São partes integrantes do processo, tanto determinadas, como determinantes da produção e do consumo, ampliando as possibilidades de acumulação ligadas ao interesse do capital, onde o vivido tem perdido sua essência. Lefebvre aponta que: “A cotidianidade moderna se resume a uma constante programação de hábitos sempre direcionados para a produção e o consumo, produzindo uma sociedade burocrática de consumo dirigido” (1980, p. 47). Os espaços construídos dentro desta lógica são concebidos por uma lógica capitalista. Ou seja, fragmentadores, hierarquizadores e homogeneizadores.

Os shoppings são concebidos reduzindo a importância das relações posteriores ao espaço construído. Onde as contradições da sociedade capitalista que são escondidas por simulacros, se apresentam de forma coerente. Debord (2003) retrata isso, trazendo a discussão do espetáculo:

O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é <o que aparece é bom, o que é bom aparece>. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência (DEBORD, 2003, p. 17).

Acreditamos que a citação de Debord (2003) se torna ainda mais evidente quando observamos os shoppings como o lugar, onde os problemas sociais como miséria, violência, engarrafamento são retirados de cena totalmente ou são razoavelmente amenizados. Sendo substituídos pelo espetáculo das vitrines, que apresentam as mercadorias como se cada uma delas fosse única. Junto com uma sensação de segurança que é vendida pelos shoppings. Uma sensação construída, inclusive pelos meios de comunicação de massa, que evitam ao máximo divulgar crimes ocorridos dentro de shoppings. Onde nos sentimos mais seguros, dentro do Caxias Shopping ou andando pelo calçadão de Caxias?

Este contexto social faz parte da contraditória sociedade capitalista. Os espaços construídos dentro da lógica capitalista seguem a padronização e o individualismo. São espaços que separam. Debord (2003, p.25) nos diz que: “O espetáculo reúne o separado, mas reúne-o enquanto separado”. Acreditamos que essa padronização está ligada ao individualismo. Todos querem ter um celular x, um carro y. todos querem usufruir dessas mesmas coisas, mas cada um quer ter o seu. Meu celular x, meu carro y. São, portanto, representações do real, primados pela razão estética e pela força do espetáculo, gerando a perda da unidade.

Além disso, esses espaços segregam e dividem a sociedade entre os que podem e os que não podem consumi-lo, reduzindo a existência do homem, simplesmente, à possibilidade de consumir ou não. Claro que a capacidade de se criarem espaços de representação com o hábito que muitas pessoas têm de apenas frequentarem os shoppings para, por exemplo, fugir das altas temperaturas do verão, muitas vezes não consumindo nada e utilizando o shopping como um lugar do encontro. Mas que diferente de uma praça na rua, no shopping as pessoas acabam se tornando vítimas de um bombardeio dos espetáculos das vitrines, que ocorreria em menor intensidade. Os indivíduos ficam hipnotizados pelas mercadorias expostas nas vitrines bem organizadas, com a intenção de despertar o desejo, estimular sentimentos, status e satisfação de poder ter ou não, determinada mercadoria. Mostrando as mais novas inovações, procurando encantar o cidadão transformando-o apenas em consumidor e refém do espetáculo da mercadoria.

Podemos apontar que os shoppings representam parte de um processo de transformação da cidade no capitalismo, onde as experiências cotidianas nos espaços da rua, da calçada e da praça são substituídas pelos simulacros, onde as pessoas consomem sem alteridade da realidade da cidade. A substituição da praça pública pela praça de alimentação dos shoppings revela a situação atual da

condição urbana. Observa-se, assim, uma supervalorização do espaço privado, da troca, da dominação em detrimento do espaço público, do uso e da apropriação. São simulacros onde tudo é vigiado, organizando e controlado-inclusive a temperatura, onde as pessoas se sentem confortáveis. Simulacros esses que, segundo Lefebvre, empobrece o cotidiano.

O cotidiano hoje empobrece no sentido em que cada vez mais ele está subordinado ao mundo das mercadorias, em que os sinais de status permeiam as relações, e o valor de troca subjuga e captura o sentido do uso. Nessa perspectiva o cotidiano se apresenta como o lugar dos gestos repetitivos e da uniformidade e homogeneidade de hábitos, formas de uso, comportamento, valor etc. tudo programado pelo capitalismo e pela estratégia estatal que organiza o cotidiano (modo de morar, vestir, como e onde despendem as horas de folga e lazer) tratando de abolir a diferença (LEFEBVRE, 1991, p.93).

E reforçado por DEBORD em:

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação (DEBORD, 2003, p 13).

É no cotidiano que são (re)produzidas as relações sociais, mas as contradições também caminha por ele. Esse cotidiano acaba por ser alienante. O espaço é produzido através da lógica do capital, como mercadoria, anulando suas potencialidades.

Ao pensarmos espaços de uso comum nos remetemos à espaços de uso coletivo e “não privado”, como ruas, praças, parques. Mesmo que esses ainda tenham a gestão pública como a real detentora de poder, são espaços de representação que tem a capacidade de condicionar a ação política. Já os espaços privados, nos remete a não existência de conflitos, assim inibindo o questionamento e que ditam o cotidiano de quem o frequenta como nos mostra Ferreira (2002):

Os shoppings são, agora, lugares onde cada vez mais se busca o consumo, o lazer e os contatos, com conforto e segurança. O contraponto da rua. Espaços criados e recriados, a todo instante, como símbolos maiores do avanço do privado sobre o público. (do avanço da lógica capitalista que ao mesmo tempo incentiva a todos ao consumo e seletiva aqueles que podem realizar compras, lazer nestes espaços privados criados para atender ao consumo, lazer e serviços diversos (FERREIRA, 2002, p.43).

### 3.3

#### **Conflitos no espaço de Duque de Caxias: o uso x a troca (caso do shopping)**

Nas minhas caminhadas por Caxias, encontro o FORAS. Me agrego a ele. A própria sigla já me traz encantamento, porque seu alcance parece reunir significante e significado, apontando a potência do movimento. FORA (acrescido do nome do antagonista), costumeiramente é usado para se referir a entidades políticas que desagradam certos movimentos sociais organizados. Durante muito tempo foi recorrente seu uso, preferencialmente grafitados em muros, ou em banners de manifestações. Não faz muito tempo, era comum ler nos muros das grandes metrópoles “FORA FMI”; também chegamos a ler “FORA COLLOR”. Recentemente retomado com o “FORA DILMA” e agora o “FORA TEMER”. Os quais constituem alguns dos muitos exemplos. Parece ser só uma palavra, agora tornada sigla, mas com força muito expressiva e que permite alimentar as reivindicações cujo alcance não pode ser entendido como mera oposição à construção do referido shopping. Deve ser adicionada à magnitude de seus impactos negativos sobre o Centro de Caxias, um município da periferia do Rio de Janeiro, cuja lista histórica de impactos ambientais pode ser considerada bastante extensa.

Como já relatado na introdução da pesquisa a inspiração da pesquisa se deu através das minhas caminhadas na área denominada como centro do primeiro distrito do município, onde como destaquei novas formas que emergiam se destacavam das formas pretéritas. As lojas de departamentos se destacavam em relação ao predomínio do pequeno comércio da área. O momento inicial da reflexão se deu por uma inquietação de já existirem as mesmas lojas próximas, como mostra a Figura a seguir:

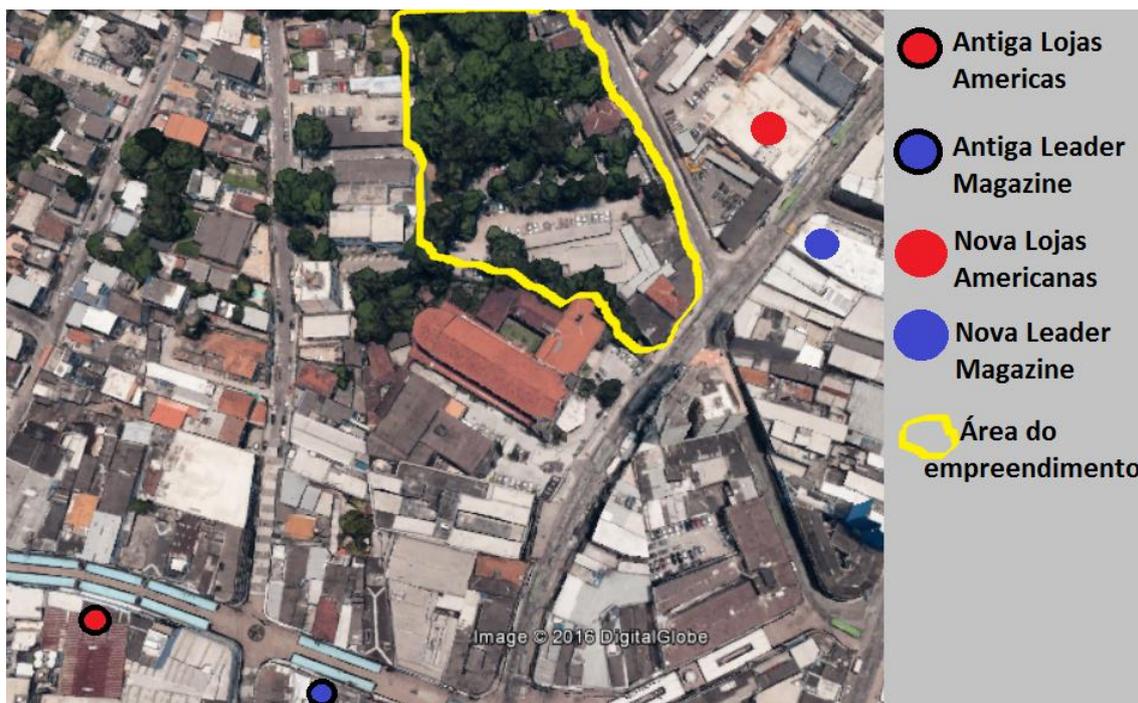


Figura 17: Foto de satélite apontando a posição das novas e antigas lojas. Fonte: google.com.br/maps. Edição Danilo Dias. Data 07/07/2016

Inicialmente, fiquei surpreso, pois as duas lojas iguais que ofereciam os mesmos produtos, pelos mesmo preço na mesma área levaria apenas a uma divisão da clientela.

Após descobrir que essas modificações já faziam parte do projeto de construção do novo shopping, me lancei na busca para descobrir que outras modificações ocorreriam. Junto com o FORAS (que antes da minha incorporação já travava a luta contra a empresa ABL Shopping Empreendimentos e Participações S.A.), começamos a debater e pesquisar sobre quais alterações seriam consideradas malefícios para a população. E como o Poder público se colocaria no processo? Tendo como ponto de partida seu comportamento como “mediador” de conflitos, mas como já sugerido, há evidências de que o Estado não é neutro e tem tende para um lado, como nos lembra Harvey (2014):

Com que frequência os projetos de desenvolvimento são subsidiados pelo Estado em nome do interesse comum quando, na verdade, os verdadeiros beneficiários são alguns proprietários de terras, financistas e empreiteiras? (HARVEY, 2014, p.154).

O shopping que receberá o nome de *Central Park* será construído em uma área de 11.718,72 m<sup>2</sup>, ao lado da Catedral de Santo Antônio e da escola municipal Doutor Álvaro Alberto, como foi apresentado na projeção feita pelo IPPUR

(Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) e sinalizadas à escola e catedral pelo autor na figura 2. Já de imediato, se percebe o grande destaque do futuro shopping, sendo a forma de maior dimensão da redondeza. Numa observação mais precisa, se percebe também que tanto a escola, como a catedral são minimizadas pelo novo empreendimento.



Figura 18: Projeção de como será o shopping

Fonte: [www.ablshopping.com.br](http://www.ablshopping.com.br), Edição: Danilo Dias.

A construção deste shopping irá alterar muito a dinâmica do lugar, afetando diretamente a população e as atividades no entorno. Não podemos ficar presos apenas à forma, mas sim como ela influencia o espaço. Procuraremos apontar como este empreendimento irá afetar a relação no cotidiano da população e às atividades do entorno.

O IPPUR procurado pelo FORAS, fez um estudo do “impacto” que a construção do shopping geraria ao entorno. Dentro deste estudo, muitos dos resultados apontam como o bem-estar coletivo está em cheque. Pois, o espaço da construção foi analisado valorizando o absoluto (o espaço matemático, euclidiano) praticamente ignorando os processos que o projeto irá causar nas relações do entorno.

O primeiro apontamento do IPPUR foi sobre a questão de aproveitamento do solo na região. Segundo o Plano Diretor da cidade, a área de construção do shopping é considerada uma zona controlada e que tem restrições à ocupação intensiva do solo. Essas zonas controladas deveriam priorizar a reversão de

processos de adensamento urbano, instalação de infraestrutura e estudar sobre a intensidade da ocupação em áreas limítrofes de paisagens notáveis. Nisso, se conclui que o empreendimento vai contra o Plano Diretor da cidade, pois representa uma forma ultra-intensiva de aproveitamento do solo, com área edificada equivalente a quase sete vezes a área do terreno. Causando um agravamento do adensamento da área que já está saturada, reconhecida pelo referido plano. Em nenhum momento foi instalada infraestrutura necessária que amenizariam as “perturbações” geradas pelo empreendimento como, por exemplo, ampliação das redes de esgoto, abastecimento de água que já é uma situação crítica em boa parte do município, além do sistema viário.

A área do terreno de 11.718,72 m<sup>2</sup> permitiria a construção máxima de 28.124,93 m<sup>2</sup> sendo o índice de 2,4 de aproveitamento do solo. A construção tem o projeto de ocupar o espaço de 71.880,69 m<sup>2</sup>; o índice de aproveitamento do solo vai para 4,34 sendo o estacionamento levando o índice para 7,80. Ainda segundo o Plano Diretor, o índice de 2,4 não deveria ser ultrapassado, nem por pagamento. Isso influenciará diretamente no trânsito. A empresa ABL contratou duas empresas para fazer um estudo de “impacto” resultante da construção do shopping. Em contrapartida, o IPPUR questionou os resultados obtidos pelas empresas de consultoria, conhecidas como CCY – Consultoria de Engenharia LTDA e a empresa M2a.

A empresa CCY fez o estudo em outubro de 2012, utilizando três modelos diferentes. O primeiro questionamento do IPPUR foi sobre o modelo escolhido na apresentação dos resultados do estudo, que é o modelo CET-SP - modelo criado para construção de shoppings na capital paulista. O Instituto considerou um erro grave, pois o espaço da capital paulista se diferencia e muito do município de Duque de Caxias. Entre os três modelos o CET-SP foi o de menor resultado na quantidade de carros que irão circular nas ruas pós-construção do shopping que seria de 4.447 carros as sextas feiras e 7.502 aos sábados. O correto seria, conforme observações do IPPUR-UFRJ, fazer uma média dos três modelos para assim chegar a um resultado de mais precaução.

A empresa não computou na pesquisa as torres comerciais e o apart hotel que será construído no mesmo espaço do shopping. Muitas ruas ao entorno do shopping são de caráter residencial, com três escolas na proximidade, com ruas de 3,5 m que acabam por gerar um trânsito mais lento. A empresa M2a chegou a resultados divergentes em alguns pontos, mas não demonstrou como chegou a tais resultados, algo pode gerar questionamentos da pesquisa.

Os estudos do IPPUR-UFRJ concluíram que os fluxos de carros às sextas-feiras seriam de 6.895, cerca de 35% maior do que da empresa CCY, o que resultaria no aumento para 67 minutos o tempo de engarrafamento da região no horário de pico das ruas no entorno do shopping, afetando o vivido, onde parte da cidade é preparada para que a troca suprima o uso, a apropriação. O momento do espontâneo seja substituído pelo programado, um espaço de dominação.

Em entrevista ao jornal O Dia em 02/02/2014, o diretor da ABL, Vicente Pierotti fala que a própria empresa financiou o estudo de impacto no trânsito da região visando reduzir os reflexos no trânsito.

Cabe expor o papel do estado e apontar que ele não é neutro e está justamente a serviço do capital, podemos perceber como a relação público-privado se fez presente na produção deste espaço privado de consumo. O Estado a partir de ações do poder público municipal deu instrumentos para a instalação do shopping mesmo que forma questionável perante a lei. Lefebvre diz:

Para lidar com essas contradições, a burguesia conta com um duplo poder sobre o espaço. Em primeiro lugar, através da propriedade privada do solo e, em segundo lugar, pela ação e estratégia do próprio Estado, ou seja, da globalidade. No âmbito institucional essas contradições explodem entre os projetos e planos de ordenamento do espaço e os "projetos parciais dos mercadores de espaço" (LEFEBVRE, 2008, p. 57).

A emissão da licença para construção do shopping foi liberada antes de ser feito o EIV (estudo de impacto na vizinhança). O RIV (Relatório de impacto na vizinhança) nem se quer foi feito, desrespeitando as leis. O próprio Estado não dá acesso à totalidade do processo, mesmo quando solicitado diversas vezes por mim representando o FORAS. Outro grande exemplo foi que a outorga onerosa, um imposto recolhido após a licença de construção ser autorizada foi recolhido dois meses antes, o que nos passa a impressão que o fato já está consumado em benefício do empreendedor.

Outra questão de extrema importância que afeta diretamente o lugar em várias proporções é a questão ambiental. O espaço em que o shopping *Central Park* visa ser construído era a última mancha verde no centro de Duque de Caxias. Um bosque que dividia o espaço com a escola municipal Doutor Álvaro Alberto. Nota-se aí uma grande contradição. Incoerência. Parece até um deboche com a população. Desmatar toda uma área verde e no mesmo lugar colocar um shopping chamado de *Central Park* que faz alusão à uma área verde no centro da cidade de Nova York, nos Estados Unidos, sendo considerado um oásis dentro de uma cidade extremamente edificada.

DEBORD (2003, p.16) nos lembra que “no mundo realmente invertido, o verdadeiro é um momento do falso”. O shopping é apresentado como uma representação do real, mesmo que o real tenha sido suprimido para a ascensão do falso. Em outra parte da entrevista ao jornal O Dia, que começa dizendo: “Duque de Caxias irá ganhar o seu Central Park”, fazendo analogia ao Central Park nova-iorquino, o diretor da ABL explica que: “diferentemente do famoso parque de Nova York, nos Estados Unidos (um local de área verde onde as pessoas sentam para conversar e fazem caminhadas [algo muito mais voltado ao uso]) o novo templo do consumo será erguido com duas torres...”.

O bosque contava com 167 árvores centenárias sendo 48 delas vegetação de mata atlântica. Ocorreu o corte de todas as árvores do espaço como pode ser observada nas figuras 19 e 20, e, a autorização da prefeitura ocorreu antes mesmo da licença ambiental ser emitida.



Figura 19: Área do bosque antes do desmatamento

Fonte: *foras.com.br* Data de acesso: 20/05/2015



Figura 20: Área do bosque depois do desmatamento.

Fonte: *foras.com.br* Data de acesso: 20/05/2015

O FORAS tem como proposta a construção de um parque urbano na região. Uma espécie de área de lazer, tão carente no município. A discussão sobre os possíveis problemas que um parque urbano público poderia gerar no entorno, também foi feita nas reuniões. O parque iria levar a um problema de especulação imobiliária no entorno (discussão essa que o FORAS precisa aprofundar), pois lugares perto de parques quase que, naturalmente, sofrem um aumento no preço do solo. Para o FORAS, o dano do shopping seria muito maior, devido aos impactos já levantados anteriormente. O FORAS, acredita que o parque deva ter uma gestão pública e aberta para a comunidade. O parque tem muito mais condições de ser um lugar do encontro, um lugar que estimule a espontaneidade, muito mais vinculado ao uso. Um lugar que a juventude da cidade se aproprie. A ideia do Parque também foi bem mais aceita pela população em uma das atividades do FORAS<sup>1</sup>. O Parque pode ser um espaço em que o vivido prevaleça sobre o concebido, podemos acreditar que o parque se torne um lugar comum aos moradores do município.

O Estatuto da Cidade, em seu artigo 2<sup>a</sup>, inciso XIII expressa que se faz necessária audiência pública para empreendimentos com efeitos potenciais negativos para a população, algo que não ocorreu. Mais uma vez, a posição do Estado se revela em favor de interesses do capital imobiliário.

A obra, segundo, o IPPUR pela sua magnitude tende a gerar “impacto” ambiental significativo, sobretudo, na dispersão atmosférica, concentrando poluentes modificando o microclima gerando o que conhecemos como “ilha de

<sup>1</sup> A pesquisa ocorreu durante uma atividade organizada pelos militantes do FORAS, e será exposta no capítulo 3

calor”. Segundo o ambientalista Sebastião Raulino, mestre em Ciência Ambiental pela Universidade Federal Fluminense e doutor em Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em uma entrevista ao jornal O Dia em 28/06/2104 sobre as transformações feitas na área, aponta que: “Ambiente sem árvores diminui o bem-estar, porque a tendência é aumentar temperatura e a concentração de poluentes”, lembra-nos ainda que a cidade já apresenta bolsões de calor, por conta da impermeabilização do solo”. Aumento esse de temperatura que não irá ocorrer no espaço interno do shopping, pois a temperatura refrigerada faz parte dos simulacros criados por esse espaço de consumo, cada vez tentando impor a verdade, onde o espaço privado é superior ao espaço público. Para o pastor da Igreja Maranata, Davi Silveira (que reside nas proximidades) também em entrevista ao O Dia, relatou que após o corte das árvores, já é possível sentir o aumento do calor e a incidência de mosquitos. Nesse sentido, é válido apontar: já no início do processo as diferenças já estão sendo sentidas pela população do lugar.

A parede lateral do shopping ocupará quase todo o quarteirão. O problema é que a mesma será uma fachada que não tem relação com o entorno imediato. No caso do shopping essa relação se daria por vitrines, será um grande paredão, o que, segundo o IPPUR, gera a redução da percepção de segurança ao longo da via, denunciando que o empreendimento nem sequer consegue valorizar o vivido, a vida comunitária no próprio perímetro. Lefebvre fala sobre a produção desses espaços por arquitetos e urbanistas que:

Elaboram-no não a partir de significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado... E se ligam a instituições, seu sistema tende a se fechar sobre si mesmo, a se impor, a eludir qualquer crítica (LEFEBVRE, 1993, p 110).

A instalação da edificação de altíssima intensidade de uso do solo precisamente ao lado da catedral de Santo Antônio, uma edificação considerada com um grande valor histórico, cultural, religioso e afetivo do município será “escondida” e “diminuída”. Essa obra deveria dizer algo sobre a história do lugar, mas na verdade tende a esconder a história por sua magnitude. A escola municipal já vem sentindo as “perturbações” com o início do projeto, pois o corte das árvores afetou a estrutura física da escola, podendo se agravar mais ainda com o início das obras. Outras “perturbações” que serão sentidas com o fim da construção. Além da tendência de precarização da visibilidade e da circulação atmosférica, também podem ser apontadas a preservação, iluminação do lugar.

A empresa ABL, se colocou à disposição de reformar todo o espaço da escola, mostrando-se como um ator que trabalha em “pró do social” como o diretor da empresa disse também ao jornal O Dia, que quer ser parceiro da escola, prometendo fazer a cobertura da quadra poliesportivo, criar uma creche e reformar os muros da escola, querendo não parecer como o grande vilão da história. Só que existe um grande problema nesta ação. Pois, sendo uma escola pública quem deveria ser responsável pela manutenção não seria o Estado?

Tanto a Catedral como a escola estão em processo de tombamento pela sua importância para o município. No caso da Escola Doutor Álvaro Alberto (antiga escola regional de Merity), fundada em 1921, como Escola Proletária de Merity, que teve um projeto Montessoriano<sup>2</sup>, se antecipando as ideias da Escola Nova. É considerada um patrimônio da educação em Caxias, um dos motivos é que a mesma foi a primeira escola do Brasil a servir merenda para os alunos e que fez a escola levar o apelido de “Mate com Angu”.



Figura 21: Foto da escola Doutor Álvaro Alberto  
Fonte: *foras.com.br* Data de Acesso: 20/01/2017

---

<sup>2</sup> Com ênfase no desenvolvimento infantil durante a primeira infância e com aplicação universal, o **Método Montessori** parte do princípio de que todas as crianças tem a capacidade de aprender através de um processo que deve ser desenvolvido espontaneamente a partir das experiências efetuadas no ambiente, que deve estar organizado para proporcionar a manifestação dos interesses naturais da criança, estimulando a capacidade de aprender fazendo e a experimentação da criança, respeitando fatores como tempo e ritmo, personalidade, liberdade e individualidade dos alunos. <http://www.infoescola.com/pedagogia/metodo-montessoriano/>

Segundo o Plano Diretor da cidade, bens de valor cultural necessitam de proteção a sua visibilidade, permitindo que a população tenha acesso ao bem e assim à sua própria cultura e história. O Plano Diretor também considera bens de interesse cultural aqueles que tombados ou não apresentem, justificadamente, valores de interesse do patrimônio cultural, o que já inviabilizaria todo o projeto de construção do shopping.

Na tentativa de inibir tais questionamentos se cria o discurso do bem comum a todos, onde a construção do shopping será uma grande geradora de empregos e também irá gerar uma maior arrecadação para o município. Essas argumentações não se sustentam, até pelo fato do pequeno comércio da região do centro não ter condições de competir com um empreendimento deste tamanho. Tudo isso para justificar a apropriação do espaço de forma privada e seus benefícios que deveriam servir a toda a sociedade ficam restritos aos grupos ligados ao poder econômico e político. O espaço se torna mercadoria.

Para reforçar, Carlos (2001) aponta que:

A contradição entre o processo de produção do espaço e sua apropriação privada está na base do entendimento do processo de reprodução espacial. Isto porque, em uma sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais à forma de mercadoria, servindo às necessidades de acumulação por meio das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares, que também se reproduzem sob a lei do reproduzível, a partir de estratégias da reprodução em determinado momento da história do capitalismo (CARLOS, 2001, p. 15).

Questões levantadas pelo FORAS a todo momento, seriam como enfrentar esse processo, e assim conseguir impedir que esse empreendimento ocorra. Acreditamos que o primeiro passo é identificar quem são os nossos antagonistas: O estado? Os capitalistas? Alguns movimentos internos do próprio FORAS? Buscaremos problematizar essas questões a seguir.

### 3.4

#### **Estado como ponto de partida, como fim e o sentido**

Uma retrospectiva histórica evidencia que com a emergiram de conflitos de interesses entre diferentes grupos. Para que estes fossem dirimidos havia a necessidade de buscar a harmonia entre o individual e o coletivo. Criaram-se, paulatinamente, regras que, com o passar do tempo, os grupos que se tornaram

hegemônicos, frequentemente, utilizaram-se dessas normatizações (e ainda utilizam-nas) para que se mantenham na situação de dominantes.

Essa classe que podemos chamar, *a priori*, de classe dos proprietários necessita destas regras para não ser destruída e nem se autodestruir. Todavia, aí acaba se instalando certa contradição, pois esta classe vive todo o tempo em uma competição, seja pelo poder político ou pelo econômico (embora ambos, na maioria das vezes sejam indissociáveis).

Para que certos grupos se mantenham no poder se torna necessário que se criem estratégias para que a classe que está no momento subjugada à dominação e, por conseguinte, submetida a processos de exploração, não tente destruir a classe dominadora. A melhor maneira para isso seria aquela em que os dominados não consigam perceber a situação de dominação em que se encontram. Representações são criadas para se fazer pensar que tudo isso é natural, correto e que se mostre de maneira universal para todos, pois a classe dominadora sabe que se o explorado entender que acaba sendo vitimado e que vive nesta situação, por causa de um determinado grupo de exploradores os quais são também os construtores desta realidade, advém um grande perigo sobre a superação das assimetrias de poder e, portanto, a destituição das relações de dominação. Ao fim e ao cabo, a classe que domina perde sua razão de ser.

Esta classe dominante irá “produzir” um espaço que visa uma homogeneização, que fragmenta o espaço e hierarquiza as relações sociais. O Estado moderno é o grande responsável em atender os interesses desta classe dominante, (re)produzindo esta lógica espacial, com a intenção de tornar a posição de dominador como natural para o resto da sociedade. Essa sociedade dividida entre a burguesia (proprietários) e o proletariado (assalariados, ou se quisermos ser mais precisos, expropriados) que, por apenas possuir sua força de trabalho é obrigado a vendê-la aos proprietários dos meios de produção<sup>3</sup>. Mas quais serão os métodos e as armas que essa nova classe dominante - organizada através de um Estado – usará para que não sejam derrubados assim como derrubaram a anterior classe dominante? Guy Debord aponta que:

A burguesia desenvolveu o seu poderio econômico autônomo no período medieval de enfraquecimento do Estado, no momento de fragmentação feudal de poderes equilibrados. Mas o estado moderno que, pelo mercantilismo, começou a apoiar o

---

<sup>3</sup> Marx (1996), no capítulo de *O Capital*, intitulado *O segredo da acumulação primitiva*, usando inúmeras fontes documentais, demonstra como surge o capitalismo (e a classe capitalista): é um enorme processo violento de expropriação, de separação do homem em relação aos seus meios de trabalho, que configuraram a gênese do proletariado, aquele que terá apenas a sua força de trabalho para oferecer aos proprietários dos meios de produção.

desenvolvimento da burguesia, e que finalmente se tornou o seu Estado (DEBORD, 2003, p. 83).

O filósofo alemão Karl Marx contribui com uma das mais ricas demonstrações de expropriação, transformação do espaço e que remete as cisões percebidas na gênese da constituição das relações sociais contemporâneas:

O roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros. (MARX, 1996, p. 355)

Torna-se perceptível como o poder econômico gradativamente se funde com o poder político, desmentindo qualquer defesa de relações de trabalho com base nos supostos liberais.

O Estado pode ser um ponto de partida da análise geográfica. É o lócus onde se assentam os processos sociais que permitem um “enquadramento” geográfico. Da mesma forma, entender o Estado como uma instituição que dinamiza e elabora os processos que assumem caráter espacial implica em reconhecer suas escalas de atuação: local, regional, nacional. O Estado é, pois, um agente de transformação do espaço, daí sua premência para análise geográfica.

Em seu Espaço & Método, publicado originalmente em 1985, Milton Santos desenvolve de maneira mais sistematizada sua concepção de “fixos” e “fluxos”. O Estado permanece como importante instituição dinamizadora do espaço: “Ao Estado cabe criar fixos, precipuamente a serviço da produção ou do homem. Mas, os fixos atraem e criam fluxos. Desse modo, o subsetor governamental orienta os fluxos econômicos e humanos e determina a sua viabilidade e direção” (SANTOS, 2014, p. 76). Milton Santos lê a instituição estatal de modo a identificá-la como um dos principais agentes produtores do espaço, seja na instalação de infraestruturas, seja na regulação do território via legislação, regulamentações etc. Embora o Estado possa ser considerado o fator número um para tudo que concerne ao espaço, outros processos não podem nos escapar de vista como a concentração da população, grau de urbanização, de industrialização, nível de consumo, cultura etc. O Estado é chamado a adequar o espaço para possibilitar

a ação global das forças mundializadoras do mercado. Carlos reforça sobre o Estado dizendo que:

(...) só ele tem o poder de atuar no conjunto do espaço metropolitano, transformando áreas públicas, redirecionando investimentos, construindo infraestrutura, metamorfoseando as funções, criando formas de intervenção, transformando usos, redistribuindo os habitantes, através de políticas urbanas (como o mecanismo das operações urbanas) etc. (CARLOS, 2015 p. 30)

Fica claro aqui o papel que o Estado assume frente Capitalismo. As ações do Estado garantem a difusão, aceleração, regulação dos mecanismos que permitem ao mercado hegemonizar a vida econômica e social como um todo.

O Estado não é somente um “ator” no sentido que cria condições de instalação de objetos geográficos: “sistemas de engenharia” (SANTOS & SILVEIRA, 2001) sobre o território. Ele é isto e mais ainda, pois é tal instituição que permite que um conjunto de normas sejam estabelecidas para que tais objetos sejam operados de maneira adequada. Um porto, um aeroporto, uma ferrovia etc. não funcionam adequadamente sem leis de alfândega, tributação, trabalhistas etc. O Estado não é, obviamente, o único a instituir estas e outras normas, ainda mais no período atual, mas não é, contudo, negligenciável, de um ponto de vista analítico, sua ação como instituição, “ator”, segundo expressão de M. Santos, reguladora, normatizadora das ações que fazem os “objetos” adquirirem as formas e funções que tem. Para Carlos:

A ação do Estado – através do poder local -, intervindo no processo de produção da metrópole, reforça a hierarquia dos lugares, criando novas centralidades, expulsando para a periferia os antigos habitantes, recriando um espaço de dominação e impondo sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (seja direta ou indireta) (CARLOS, 2015, p.27).

Existiram diversas formas de Estados (ou de poder). Sua formação está relacionada a fatores geográficos e históricos, o que nos demonstra que seu desenvolvimento não ocorreu de uma vez e de uma única forma. De qualquer modo, apesar de suas particularidades temporais e espaciais, vale ressaltar uma característica central que é a de realizar a *separação* entre política e sociedade mantendo tudo dentro e uma lógica e uma ordem e assim assegurar os interesses de uma determinada classe, a classe dominante, em geral, composta pelos proprietários dos meios de produção.

No caso do Estado brasileiro, Vianna (1996, p.2) aponta que, “o Brasil, mais que qualquer outro país da América Ibérica, (...) pode ser caracterizado como o lugar por excelência da revolução passiva”. Em seu trabalho, Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira, mostra que o Estado teve um grande papel em impedir revoluções “Sobretudo, aqui, qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução da Independência, Revolução de 1930, Revolução de 1964”. Esse poder do Estado de colocar em práticas suas estratégias nos leva a uma discussão de como enfrentar essa ordem.

Sobre o Estado, serve-nos como ponto de apoio a ideia de que se colocam estratégias, algumas sutis, outras nem tanto, mas que não são perceptíveis no plano do imediato. O objetivo de tudo isto é pressupor que o Estado paira acima das classes, mantendo-se no plano da neutralidade. Como nos mostra Luiz Werneck Vianna (1996) “Tal Estado está posto, diante da sua sociedade civil, em posição de radical autonomia...”. Contudo, o que está de fato pressuposto é a *aparência* desse posicionamento do Estado moderno, objetivando-se separar a política da sociedade.

### 3.5

#### **Alienação e a ideologia burguesa**

Segundo o dicionário do pensamento marxista, alienação para Marx, seria a ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade. Também aponta que significa o estado da pessoa que, tendo sido educada em condições sociais determinadas, se submete cegamente aos valores e instituições dadas, perdendo assim a consciência de seus verdadeiros problemas.

Contudo, na ampliação do significado de alienação, pode-se apontar: o que é perdido é a habilidade de compreender a sociedade em que se vive e entender quais são os reais motivos pelos quais se vive determinadas situações de iniquidade. As pistas que apontamos anteriormente estão relacionadas à aparente separação entre sociedade e política, passíveis de serem compreendidas na perspectiva espacial, sob o pressuposto de que o espaço, por ser um produto social, condicionante das relações sociais, é *político*, como é frequentemente lembrado pelo filósofo francês Henri Lefebvre (2004).

Como vimos nas organizações de Estado anteriormente referidas, o poder acaba se concentrando nas mãos de uma determinada classe e tendia sempre a se apresentar de maneira natural ou divina para que, assim, a classe dominada “aceitasse” sua posição dentro da sociedade, conforme aponta a filósofa Marilena Chauí:

A partir desse momento, todo o conjunto de relações sociais aparece nas ideias como se fossem coisas em si, existentes por si mesmas e não como consequência das ações humanas. Pelo contrário, as ações humanas são representadas como decorrentes da sociedade, que é vista como existindo por si mesma e dominando os homens. Se a natureza, pelas ideias religiosas, se “humaniza” ao ser divinizada, em contrapartida a Sociedade se “naturaliza”, isto é, aparece como um dado natural, necessário e eterno, não como resultado da *práxis* humana (CHAUÍ, 1980, p. 25).

A ideologia burguesa tem relação direta com a produção do espaço através de suas representações. Ela esconde as contradições do espaço criando uma falsa coerência, servindo como instrumento de (re)produção do espaço pelos grupos dominantes, estas representações estão dialeticamente relacionadas com as práticas espaciais, pois, a ideologia só ganha corpo quando intervém no espaço e na sua (re)produção. O Estado agora terá a prerrogativa de passar esses ideais para toda sociedade, pois com a *aparente* aproximação – nos marcos do liberalismo político – entre patrão e empregado se torna mais fácil entender a situação de exploração e lutar contra a mesma, mas a sociedade é organizada por uma superestrutura que está distante e existe para o bem comum da sociedade. Assim é criada uma íntima relação entre o poder político e o poder econômico.

O Estado moderno oferece ideias sobre si mesmo que irá esconder a realidade e não mostrará para o homem como realmente foram produzidas as relações sociais e as relações de dominação. O Estado domina o espaço e o tem como absoluto, planejado, organizado “racionalmente”. Impõe sua verdade do espaço naturalizando todas suas contradições e em muitos casos de maneira violenta, buscando impor uma “normalidade”. É apresentado um mundo totalmente invertido, onde causas se tornam (automaticamente) efeitos, exceções são apresentadas como exemplos e a ideia se sobrepõe à realidade, numa clara manipulação das *representações*, cujo esforço, vale reforçar, é demonstrar a *aparência da separação* entre sociedade e política.

Do mesmo modo, é dado como verdade universal que todos são livres, mas esse ideal de liberdade só serve para a classe dos proprietários dos meios

de produção. O trabalhador assalariado não tem a liberdade de não vender a sua força de trabalho até porque sem trabalhar não poderá se manter; antes por ser dono de ferramentas poderia se auto-sustentar, apesar de sua servidão ao senhor; agora, nesta sociedade onde se cria a ideia do trabalho livre, mas ao mesmo tempo é separado dos meios de trabalho. Esse trabalhador, doravante assalariado também não consegue se enxergar como produtor da riqueza do patrão. Marx nos apontou a que a principal alienação está no trabalho pelo fato do trabalhador não reconhecer que determinado produto é resultado do seu trabalho dando ao produto vida própria e este acaba se tornando superior ao trabalhador. Para Chauí (1980), que reforça essa posição:

Alienação, reificação e fetichismo: é esse o processo fantástico no qual as atividades humanas começam a se realizar como se fossem autônomas ou independentes dos homens e passam a dirigir e comandar a vida dos homens, sem que estes possam controlá-las. São ameaçados e perseguidos por elas. Tornam-se objetos delas. (1980, p. 23)

Esses produtos se tornam mercadorias que serão o alvo do fetiche dos trabalhadores e que estes, com seus baixos salários, não terão condições de comprar essas mercadorias e não se revoltarão, pois não conseguem ver a mercadoria como um resultado das relações de produção. Ela aparece como um bem que deve ser conquistado por aquele que tem o “direito” de possuí-la, e que, se trabalhando muito, ele um dia poderá ter esse objeto de desejo, o que pode levar o trabalhador a um estado de servidão voluntária, pois o fetiche de se consumir as mercadorias é que faz o trabalhador a aceitar a situação de exploração a qual é imposta a ele.

Os trabalhadores se tornam cada vez mais seres isolados não conseguindo se enxergar como a classe social que é responsável pela produção de todas as riquezas. Peguemos um exemplo que ocorre cotidianamente nos shoppings, um trabalhador passeia, olha as vitrines, muitas vezes sente vontade de comprar algo, mas percebe que não tem dinheiro para isso. Esse trabalhador alienado não consegue questionar o real motivo de não ter acesso aquela mercadoria, devido ao seu baixo salário ou ao preço exorbitante. Em um protesto organizado por um movimento de trabalhadores sem teto no Rio de Janeiro, foi feito o famoso “rolezinho” no Shopping Rio Sul (como o nome sugere, localizado na zona sul da capital), um dos sem tetos perguntou para o vendedor de uma loja o quanto de tempo aquele vendedor precisaria trabalhar para comprar aquela calça que ele mesmo estava vendendo. Esses trabalhadores não conseguem

enxergar o real pois estão dentro de uma lógica de um cotidiano programado estimulados por uma ideologia burguesa. A famosa fala de Marx se a classe trabalhadora é a produtora de toda a riqueza, essa riqueza pertence somente a ela, ganha toda sua importância nesses casos.

Durante a formação de uma sociedade acaba por se criar uma divisão social onde os membros terão funções determinadas pelas relações sociais, mas essas funções são levadas a serem entendidas como naturais dos seres, onde alguns tem certas vocações enquanto outros são desprovidos de certos talentos criando uma divisão que provavelmente será injusta. Numa mirada retrospectiva, podem ser vistos os problemas que essa naturalização das coisas gerou, como por exemplo, a escravidão na Grécia Antiga onde os vencedores das batalhas tinham o direito natural a dominar o derrotado. Também em outros períodos onde se torna natural um negro ser escravo, como se a cor da sua pele fosse suficiente para ser considerado inferior a outros homens.

Isso nos permite abrir várias outras questões como de uma sociedade patriarcal onde o homem trabalha e a mulher tem a função de cuidar das crianças, da casa e dar o melhor de si pelo homem que a “sustenta”. O resultado de tudo isso é reprodução das desigualdades de gênero, na medida em que acabasse tratando tudo isso com naturalidade; as divisões, os conflitos e as tensões se escondem. A perspectiva dominante tem sido a da lógica formal, ou seja, o apego à forma e ao imediato, ignorando totalmente todas relações reais por trás dessas divisões e todo o seu processo histórico (portando, a miríade de múltiplas determinações e seus conflitos). Resultado: um desprezo pelo conteúdo que, aqui é constituído pelas relações sociais e seus conflitos.

A considerar tudo a partir do princípio da identidade e da aparência, o rei terá o direito natural de governar; o “preto” deverá se manter como escravo; a mulher tem a obrigação natural de servir ao homem (e subjugada num momento em que a feminização da pobreza assume contornos mais acabrunhadores). Enfim, o dominador tem o direito natural de dominar enquanto o dominado tem o dever natural de ser submisso e, claro, a existência de um Estado patrimonialista, clientelista – observando-se o caso brasileiro – passa a ser natural. Muitas destas opressões naturalizadas estão ligadas ao pensamento ecologista, que se utiliza da vida selvagem para transformar as diferenças em desigualdades, como o macho dominando a fêmea e o mais forte derrotando o mais fraco, esse modo de pensar a sociedade beira o fascismo como nos mostra Simonnet (1979, p.76): “A história demonstrou que toda justificação de ordem social pelas leis da natureza

serviu ao totalitarismo (o nazismo se prevaleceu da seleção natural.” (Tradução nossa).<sup>4</sup>

Este processo de naturalização cada vez mais leva a uma separação entre sociedade e política, conforme já salientado acima, onde um grupo por ter uma determinada “vocação” de preferência a do trabalho intelectual se coloca como superior aos membros da sociedade que atua no trabalho braal, dando um *status* maior ao pensamento e desvalorizando o trabalho braal capitaneando aí a máxima do poder simbólico, carregado pelo discurso competente que despreza os demais saberes. Instala-se a meritocracia, aqui considerada uma das pontas do iceberg que se revelam na competitividade entre diferentes indivíduos.

Afinal, apenas os “melhores” tem a capacidade de pensar e isso tende crescentemente a separar um grupo do outro, sobretudo, porque no seu resultado forja-se a divisão entre trabalho manual e o intelectual. Todavia, faz-se necessário estender essa tensão, que também encontra paralelo entre “o mundo das ideias” e o da vida material. Frequentemente, as ideias acabam sendo autonomizadas, invertendo ou deturpando a própria realidade, no jogo das aparências que terminam ampliando as referidas cisões (entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, implicadas, sobretudo na separao entre sociedade e política, cuja culminância se apresenta na ideia de que o Estado paira acima das classes sociais).

Em certo sentido, a ideia comea a ser vista como produtora da realidade e não o seu contrário: as situaes vividas por homens reais é que deveriam mover as reflexões necessárias para a emancipao humana. O Estado é uma criao da sociedade e não o contrário.

Certos grupos de pensadores e tecnocratas, é sempre oportuno lembrar, estão ligados à classe dominante classe essa que domina o aparelho estatal. Então, suas ideias são aquelas que os dominadores pensam da sociedade e tendem a legitimar as aes desta classe como lembra Lefebvre (1991) “a tecnicidade serve de álibi para a tecnocracia, e a racionalidade. Aos funcionamentos que giram em torno e si mesmos (pleonasmos sociais)”. De forma universalizada vão se criando *simulacros* da realidade, onde a classe dos dominados terá as ideias da classe dominante como suas<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> “L’gistoire a montr  que toute justification de l’ordre social par les lois de la nature avait servi le totalitarisme (le nazisme s’est pr valu de la sélection naturelle!).” (Simonnet, 1979:76)

<sup>5</sup> A preferência pela insistência, no presente trabalho, sobre a remissão   oposio entre **classe dominante** e **classe dominada**   proposital: primeiro, porque se apresenta deliberadamente a ideia de que essa oposio é um processo com suas contradies internas, no sentido de que estas relaes não estão pressupostas e continuarão dessa maneira (isto é, não é um já dado); segundo porque os conflitos de classe não estão superados, absolutamente, eles estão presentes a todo

Os exemplos podem ser colocados *ad aeternum*. Mas por ora, fixemos o seguinte: na sociedade capitalista onde se destacam duas classes, a burguesia e o proletariado, a todo o tempo, o real conflito entre ambas é negado como se não existissem. Cria-se uma representação de que todos fazem parte da uma mesma ideia, e essa ideia é o homem. Mas não apenas isso, todo o jogo das representações desloca-se para a ideia acabada do homem livre. Agora, esse homem “livre”, que na verdade está livre de possuir os meios de produção, deve necessariamente se submeter a uma exploração “natural” pelos proprietários dos meios de produção e estes também têm esse direito natural de possuí-los. Este é um dos eixos que deve ser resgatado para a reflexão na formação de uma ideologia burguesa, que pode ser esclarecido nas relações entre centro e periferia; entre campo e cidade; entre os espaços favelados e as demais áreas da cidade; na produção das contradições que se colocam entre auto segregação e segregação induzida; etc. Para a filósofa brasileira Marilena Chauí:

A ideologia torna-se propriamente ideologia quando não aparece na forma de mito, da religião e da teologia. A ideologia propriamente dita surge quando, no lugar das divindades, encontramos as ideias (CHAUÍ, 2012, p.484).

Ludwig Feuerbach (1804-1872), filósofo prussiano que compunha a denominada esquerda hegeliana, considerava a religião como a forma suprema da alienação humana, pois, acenava para o fato de que Deus é a projeção do homem em uma coisa superior que lhe é estranha e se coloca afastada do homem, como por exemplo, os deuses do Monte Olimpo na Grécia Antiga, para os quais o mundo ocorria conforme a suas vontades. Neste sentido, o homem não consegue se ver como produtor das divindades. Apesar de sua filiação a esse filósofo, Marx discorda dele, pois coloca a religião apenas como um aspecto da real alienação que ele vai chamar de *alienação do trabalho* onde o homem não consegue entender que ele criou o produto do mesmo jeito que o homem não consegue entender que Deus é uma criação humana, um produto, uma ideia, pois não é a ideia que cria o homem, mas homem que cria a ideia.

A ideologia irá se apoderar dos mitos e da religião, como acontecia durante a Idade Média onde a ideologia passada de forma universal era a honra e a fidelidade como já foi apontado anteriormente: quando o rei é colocado como representante de Deus e se colocar contra ele seria como cometer um pecado

---

momento, o que por sua vez, está a exigir uma crescente sensibilidade nas nossas percepções; terceiro, recupera-se a dimensão política inserida no movimento mais amplo das contradições de que se cercam a relação capital e trabalho.

divino. A ideologia burguesa, por sua vez, também se apropria da divindade, conforme vai ser observada na doutrina calvinista, radicada na ideia da predestinação, onde o homem foi criado por Deus e já tem o seu destino traçado<sup>6</sup>. Certa classe burguesa em ascensão vai defender esse discurso porque quanto mais “privilegiada” uma pessoa fosse, isso se devia ao fato de ter sido escolhida para salvação por um direito natural e acabava por levar a classe dominada a acreditarem na salvação pelo trabalho, pois se trabalhassem muito poderiam ascender e serem salvos.

Todavia, é mister apontar que a ideologia é um grande complexo de ideias e não apenas a divindade ou o mito como nos mostra Guy Debord:

A ideologia é a base do pensamento numa sociedade de classes, no curso conflitual da história. Os fatos ideológicos não foram nunca simples quimeras, mas a consciência deformada das realidades, e, enquanto tais, fatores reais exercendo, por sua vez, uma real ação deformada na medida em que a materialização da ideologia na forma do espetáculo, que arrasta consigo o êxito concreto da produção econômica autonomizada, se confunde com a realidade social, essa ideologia que pode talhar todo o real segundo o seu modelo (DEBORD, 2003, p. 160).

Fundamentalmente, ela vai servir para esconder o processo histórico das ações humanas por ideias e dar um caráter natural, existente por si só, ocultando a origem dos conflitos presentes na sociedade. O Estado é colocado, em alguns momentos, como a ideia mais perfeita possível.

Parte dos escritos de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), influente filósofo prussiano, constitui um exemplo bastante salutar. Este filósofo chega a apontar que esse Estado é a universalidade da vida social, mas, acreditamos ele é uma ideia, uma representação do real que se mostra como universal. Contudo, já sinalizamos que essa forma política moderna atende apenas aos interesses de uma classe dominante como nós mostra Lefebvre:

O Estado esmaga o tempo reduzindo as diferenças a repetições, a circularidades (batizadas de “equilíbrio”, “*feed-back*”, “regulações” etc.). O espaço o arrasta segundo o esquema hegeliano. Esse Estado moderno se põe e se impõe como centro estável, definitivamente, de sociedades e espaços (nacionais). Fim e sentido da história, como entrevira Hegel, ele achata o social e o “cultural”. Ele faz reinar uma lógica que põe fim aos conflitos e contradições (LEFEBVRE, 2006, p 45).

---

<sup>6</sup> Basta-nos lembrar que essas situações, curiosamente, ainda persistem: no contexto do ataque às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, em 2001, G.W. Bush, declarou que havia conversado com Deus!

Hegel imaginava o Estado como a realização do “espírito”, ou seja, algo perfeito que não visava aos interesses individuais e apenas coletivos. Ele acreditava também que o Estado era a unidade final, mas o Estado não pode ser um espírito, uma ideia, pois ele não existe por si só e na verdade é um produto da atividade histórica dos homens em condições determinadas. Para Guy Debord (2003), Hegel quer compreender um mundo que se faz por si mesmo. Este pensamento histórico não é outra coisa senão a consciência que sempre chega tarde demais. É a sociedade, sob certas determinações, que cria o Estado e não é o Estado quem cria a sociedade. Como sociedade civil e Estado são antagonismos reais, conforme nos lembra a cientista política Thamy Pogrebinschi (2007), esse Estado tende ao desvanecimento, na medida em que esses dois termos não se apresentam em contradição interna.

O Estado vai se utilizar da dominação para poder atender aos interesses de uma determinada classe, mas ninguém aceita a dominação imposta; ela precisa parecer impessoal daí que nascem as leis, as quais devem ser universais e para todos; pelo menos na ideia, mas na realidade não é assim. Através desses mecanismos o Estado cada vez mais vai parecendo ser autônomo e, assim, se afastando da sociedade civil que na realidade foi a sua produtora e se colocando como superior a ela.

O Estado não pode ser a solução final para os problemas da sociedade, pois ele mesmo se mostra como o problema, esse Estado sempre se apresenta como “democrático”. Mas na verdade, deve-se enxergar que isto é uma grande contradição. Para Marx (conforme aponta Pogrebinschi), a democracia está muito para além do Estado e ela só será alcançada com a solução do conflito entre sociedade civil e Estado e esse tende a ser destruído pela real democracia, e não por uma superação abstrata (mediações), pois ela é incompleta e não é capaz de abranger o todo e trabalhar com a solução dos conflitos entre o universal e particular, social e político, homem e cidadão que fazem parte da divisão entre Estado e sociedade civil. Mesmo assim todas as formas de Estados se utilizam da democracia como verdade absoluta.

### 3.6

#### **Democracia nas cidades do neg-ocium**

A perspectiva da retomada desse debate nos remete ainda a uma dupla argumentação. A primeira está ligada aquela que nos sinaliza para a relação entre espaço e política e nos conduz a confirmar que o espaço não deve ser considerado apenas o substrato/receptáculo onde os fenômenos acontecem, mas

nota-se a estreita relação entre a prática social e a prática espacial, portanto esse deve ser o ponto de partida (mas também o de chegada) na reflexão que deve alimentar a restituição do *político* para o desenvolvimento de uma Geografia que busque pensar e agir no espaço contra os poderes hegemônicos. Thomaz Júnior (2010, p. 500) afirma que a Geografia contribui para o “(...) desvendamento das manifestações territoriais do processo social, possibilitando-nos o entendimento das transformações no mundo do trabalho a partir dos rearranjos espaciais (...)”.

Nesse sentido, à medida que o espaço modifica em virtude do desenvolvimento técnico-científico, o mundo do trabalho, assim como as relações de trabalho também apresentam transformações. A segunda é a de que existem paralelos entre os processos de alienação, cujos desvendamentos são possíveis através das relações entre espaço e sociedade, onde colocamos em relação às tensões entre apropriação e dominação. Nesse sentido, vale reforçar, tem-se predominado o segundo em detrimento do primeiro. Então, podemos apontar que os processos de alienação são verificados, sobretudo nos mecanismos de dominação do Estado e do capital na expropriação do produto do trabalho e que isso não é uma exclusividade dos tempos apontados por Marx. O capital só existe na sua forma desenvolvida, porque lança mão a todo o momento de expropriação do trabalho excedente. Para isso ser alcançado, as cisões, não apenas entre o trabalhador e os seus meios de produção, mas também, como aqui já referido, a aparente/real separação entre sociedade e política exerce papel importante.

Levando em conta esses dispositivos e esse – embora muito breve – resgate histórico nos leva a desconfiar se vivemos realmente numa sociedade democrática; numa sociedade que apregoa frequentemente o “Estado democrático de direito” num momento em que a experiência atual é a de uma crescente criminalização e repressão sobre as manifestações políticas da população<sup>7</sup>, conforme temos observado, em particular, no Brasil.

A busca desta real democracia perpassa por diversas questões, a principal delas, refere-se ao necessário desvendamento daquilo que realmente estrutura a sociedade. O meio geográfico em que circunscreve o homem e suas ações é compreendido a partir das técnicas. Nelas residem, como pensa Milton Santos, a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio. As técnicas como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2008, p. 29) São, pois, as técnicas que, funcionando em sistemas,

---

<sup>7</sup> Podemos ter como o exemplo o caso do Rafael Braga, um morador de rua, negro, que foi preso portando apenas uma garrafa e pinho sol, e até hoje se encontra preso.

fundamentam os empreendimentos humanos, visto que toda ação que realiza sobre o planeta supõe uma técnica, e, a partir desta, estabelece-se uma relação com o meio geográfico, que é também um meio de vida.

Não há como explicar o território e a sociedade sem antes entender o papel que as técnicas exercem no período atual. Objetos cada vez mais autônomos regidos por uma lei que já não mais correspondem às forças locais, leis externas, estranhas que correspondem às forças alienígenas e decerto servem para alienar seu entorno. O sistema financeiro se expande no território por meio dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações. Assim, sua análise e compreensão pode se dá, entre outros caminhos possíveis, através do estudo do espaço geográfico. Este pode ser definido "(...) como uma união indissolúvel de sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas, que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por que, para quê" (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p.11).

O trabalho passa a ser um instrumento de dominação, de alienação. Nas sociedades do mundo antigo o trabalho é utilizado como punição, pois os que trabalhavam eram os escravos, então o trabalho era visto como uma situação inferiorizada. Parece-nos que estamos diante da oposição entre o tempo do ócio e o do trabalho com sobrevalorização do primeiro e isso recorrente até a Idade Média. Para a Igreja, o trabalho também era considerado degradante e todo o tempo deveria ser utilizado para as obrigações religiosas, à contemplação.

A contração das palavras negação e ócio, resulta em negócio e ganha contornos mais precisos com a reforma religiosa nos albores da Idade Moderna. Assim, após o surgimento do protestantismo calvinista na Europa é que o trabalho começa a ser ligado à ideia de ascensão social (e de predestinação) e a burguesia se identifica muito com essa ideia, cujo exemplo mais emblemático se refere ao fato de que nos lugares em que a burguesia era forte o calvinismo se desenvolveu de forma mais rápida.

Marx afirma que a consequência imediata desta alienação do homem com seu trabalho, da vida genérica, da humanidade, é a alienação do homem pelo homem, ou seja, cada indivíduo é alienado por outro, assim todos são alienados, o homem se torna estranho a si mesmo, também sendo estranho a outros homens. Esta alienação entre os homens é muito mais forte na relação Trabalhador-Patrão como aponta Laymert Garcia Dos Santos:

Alienação do capitalista, incapaz de reconhecer que a sua individualidade é determinada pela sua condição de proprietário; alienação do proletário, incapaz de reconhecer a sua

individualidade em seu trabalho. De um lado ou de outro – a contingência (SANTOS, 1982, p. 55).

Há no processo de produção do espaço uma realidade ocultada pela realização do meio técnico-científico, nos termos de Milton Santos, a realidade da técnica. As empresas e a gestão pública envolvidas no projeto do shopping a todo momento se utilizam de argumentos técnicos para mascarar todos problemas do empreendimento. Não apenas a técnica como manifestação física do sistema de objetos, mas a técnica como uma realidade objetiva, que na fase atual do sistema capitalista garante não somente a disseminação e a articulação da ciência, informação e consumo, mas principalmente, a técnica como uma estrutura *sine qua non* para os novos termos da normatização do espaço, portanto, da sociedade. O capitalismo tende a mudar todo o real sentido do mundo, dando a ele uma nova realidade a realidade da troca, do abstrato, pode-se dizer que onde o capitalismo se instala ele vai desterritorializando o lugar, através de privatizações, da apropriação dos meios de produção.

Agora, já podemos apontar a relação existe entre alienação e democracia. Esta também acaba sendo decodificada e perde seu real sentido, uma nova construção “real” de democracia é construída. Essa democracia será a verdade do sistema capitalista, necessária apenas como momento para sua existência, atuando seletivamente para que seus dispositivos estejam de acordo com os processos de acumulação e legitimação da propriedade privada. Mas, já acenamos que existe uma incompatibilidade entre Estado (e os desideratos do capitalismo na sua forma desenvolvida) e democracia, pois aquela forma política pode ser analisada como forma em quanto à democracia é o conteúdo.

Para Pogrebinschi (2007), a forma acaba por falsificar a democracia como seu conteúdo, mas a realidade é que democracia ao mesmo tempo é forma e é conteúdo, pois é um constante processo e não pode ficar presa a uma estrutura, a democracia pode existir sem Estado, já que este não tem a capacidade de atender ao todo, pois o todo se dá através do encontro entre o social e o político. O Estado, continua a autora, acaba por alienar quando as abstrações se transformam em realidade. A democracia não será uma construção do Estado, será a superação dele. Necessariamente, precisa ser uma construção do homem e só os homens em comunidade podem chegar a essa real democracia, como lembra ainda a cientista política Thamy Pogrebinschi (2007, p.53) “Não basta o povo existir, para ser real ele tem que intervir diretamente na realidade, constituindo-a, fazendo dela parte de si mesmo, na medida em que ela também se organiza de acordo com as ações dos homens”.

Para se chegar a essa democracia, os homens precisam voltar a sua essência ganhando consciência de si, para se tornarem seres políticos, a troca necessariamente precisa ser substituída pelo uso, o lugar do consumo, pelo lugar do encontro, a praça do shopping pela praça da rua. A apropriação deve ser superada pela dominação. Neste debate Guy Debord (2003) acrescenta:

Emancipar-se das bases materiais da verdade invertida, eis no que consiste a auto-emancipação da nossa época. A missão histórica de instaurar a verdade no mundo, nem o indivíduo isolado, nem a multidão atomizada, submetida às manipulações, a pode realizar, mas a classe que é capaz de ser a dissolução de todas as classes, ao reduzir todo o poder à forma desalienante da democracia realizada, o conselho, é a instância onde a teoria prática se controla a si própria e vê sua ação. É lá, somente, onde os indivíduos estão diretamente ligados à história universal; é lá, somente, onde o diálogo se estabelece para fazer vencer as suas próprias condições (DEBORD, 2003, p. 165).

A real democracia só se dará quando o homem não for mais alienado, assim tendo o entendimento da totalidade do processo para escapar da “matrix”<sup>8</sup> e de modo livre irá se associar com outros homens e formular novas relações, mas isso é um processo longo e tempestuoso, pois a classe dominante não aceitará essa mudança – não sejamos românticos em demasia – e através do Estado usará todos seus artifícios para se manter no poder.

Segue-se que a democracia acaba sendo um enigma. Portanto, acaba sendo mistificada, como apareceu sugerido acima. No momento em que apontamos que a democracia enquanto forma política do Estado moderno é uma verdade singular, mas não atinge sua universalidade.

Para Pogrebinsch (2007), nos espaços sociais em que vivemos hoje, não existe nenhum Estado democrático. Pois a vontade do povo não tem se apresentado como prioridade de nenhum governo, mas sim a reprodução do capital. E como vimos, esse modo de produção possui (e até tende a aprofundar suas contradições internas) como fim último a reiteração da propriedade privada no bojo do processo de acumulação e por essa razão, democracia (ativa!) e capitalismo são incompatíveis.

Hoje, dentre as grandes crises que vivemos, a crise de representação se destaca. Segundo (Manin, 1995), essa crise de representatividade se expressa na distância crescente entre representantes e representados. Acreditamos que os

---

<sup>8</sup> Termo referido ao filme das irmãs Wachowski.

indivíduos não se sentem representados pelos governantes e também pelo próprio aparelho do Estado.

Esse debate está no centro de diversos movimentos sociais do mundo, que ao lutarem contra o capitalismo, lutam contra o Estado, como nos lembra Mascaro (2013, p.15) “Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa política de economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo. Existem grupos que pensam que o capitalismo possa ser reformado, socialmente ético, concordamos com Mészáros (2012, p. 26) quando fala que: “o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível”. Discursos conformistas são criados, enxergam o capitalismo globalizado como impossível de se combater pois não é mais possível identificar um alvo, os Estados são considerados irrelevantes dentro da atual conjuntura mundial, mas isso não corresponde à realidade.

Acreditamos que o capitalismo depende do Estado, pois o capital precisa ser organizado para sua reprodução. Harvey (2016, p.75) nos diz que “Um capitalismo se Estado é impensável”. A partir disso cremos que o alvo está mais claro do que nunca, que é a destruição deste Estado. Essa destruição criará possibilidades para se alcançar uma real democracia. Uma sociedade comunista, com novos ideais, um novo espaço que levaria à humanidade do homem, há uma democracia de alta intensidade como aborda Boaventura (2003). Para isso é necessário que hoje nossas ações sejam planejadas através de táticas e estratégias, que visem romper com o cotidiano programado, um trabalho bem complicado que exige muita criatividade, mas acreditamos ser possível. Para que essa ruptura ocorra é preciso resgatar a ideia do homem lento de Milton Santos (2002), o homem simples de José de Souza Martins (2008). Buscar o direito a participação, se apropriar, o direito de estar presente, o direito de transformação, afinal do direito à cidade, o direito a viver.

